



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/05/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	5
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	6
3.3. DESEMBARGADORES.....	7
3.4. JUÍZES.....	8 - 9
3.5. VARAS CRIMINAIS.....	10
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
4.2. DECISÕES.....	12 - 13
4.3. JUÍZES.....	14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	15
5.2. JUÍZES.....	16 - 17
5.3. SEM ASSUNTO.....	18
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. JUÍZES.....	19
6.2. PRESIDÊNCIA.....	20 - 21
6.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	22

## **TJ mantém a prisão de Marciely Trabulsi, a Loira Fatal, presa por crime previsto no art. 171, do código penal**



➔ O Desembargador Raimundo Melo negou a liminar em habeas corpus impetrado em favor de Marciely Trabulsi

## **TJ mantém a prisão de Marciely Trabulsi, a Loira Fatal, presa por crime previsto no art. 171, do código penal**

O Desembargador Raimundo Melo negou a liminar em habeas corpus impetrado em favor de Marciely Trabulsi, vulgo "Loira Fatal", natural da cidade de Varge Grande/Ma, presa no dia 22 de maio, onde pleiteava a revogação da prisão preventiva dela. A Mulher foi presa por ordem do Juiz da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, sob acusação de ter cometido vários estelionatos.

A defesa alegou que a prisão

de Marciely não preenchia os requisitos previstos na lei e assim, requereu a soltura da mesma.

O plantonista, Desembargador Raimundo Melo entendeu que a prisão da estelionatária tem natureza processual, pois está calcada nos requisitos elencados no código de processo penal, pois visa garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal.

Melo ressaltou ainda que a manutenção da prisão não constitui ferma de cumprimento antecipado de eventual pena, não importando a possibilidade de o tipo de delito comportar suspensão condicional do processo ou substituição da pena.

O Desembargador lembrou que a condução do processo deve ser deixada ao prudente arbítrio do Juiz da 7ª Vara Criminal, pois, a proximidade dos fatos e das provas lhe confere

efetivamente a faculdade de ser quem melhor pode aferir a ocorrência de circunstâncias que ensejem determinadas medidas.

No fim da decisão o plantonista determinou que o Juiz da 7ª Vara Criminal prestasse informações sobre o processo envolvendo Marciely, assim como determinou que fosse feita a distribuição do habeas corpus a um dos Desembargadores remanescentes, após parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

# CNJ VAI MONITORAR PROCESSO SOBRE ASSASSINATO DE DÉCIO SÁ

Décio Sá



**A** Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012. A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. **PÁGINA 3**

 PISTOLAGEM

# CNJ vai monitorar processo sobre assassinato de Décio Sá

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça

do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão, que responde pela 1ª

Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo passa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJMA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas

para usuários cadastrados.

**RELEVÂNCIA SOCIAL** - O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande interesse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.

## ■ CASAMENTO ■

# Agendamento continua na próxima semana

Casais interessados em se inscrever no casamento comunitário que será realizado em São Luís podem agendar o atendimento para inscrição a partir da próxima segunda-feira (27). Os números para o agendamento são: (98) 3221-8551 e 3221-8685. A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, diante da alta demanda, aumentou o número de inscrições.

O agendamento por telefone está sendo feito para facilitar e dar agilidade no atendimento no dia da efetivação da inscrição. Os casais interessados que estão ligando têm data e hora marcadas para se inscreverem. A efetivação da inscrição será feita na sede da CGJ-MA, na praça Pedro II, durante o mês de junho.

A cerimônia do casamento comunitário ainda terá data e

local divulgados. Já são 376 casais inscritos - 100 inscrições realizadas em 2012 e 276 realizadas no Ação Global 2013. Outros 200 agendamentos de inscrições já estão feitos para a efetivação no período de 3 a 7 de junho.

Para inscrição no casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar registro de nascimento (original) e comprovante de residência. Para divorciados, é exigida uma cópia da carteira de identidade e certidão de casamento com averbação do divórcio (original), enquanto que para os viúvos, são necessárias certidões de casamento e de óbito (original), cópia da carteira de identidade e comprovante de residência.

Assessoria de Comunicação da CGJ-MA

## == CASO DÉCIO SÁ ==

# CNJ vai monitorar processo a pedido do TJMA

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo pas-



Guerreiro Júnior vê na decisão do CNJ uma vitória da sociedade maranhense

sa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJMA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamen-

to. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas para usuários cadastrados.

**RELEVÂNCIA SOCIAL** - O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande in-

teresse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.

# Novo desembargador do TJMA será escolhido por merecimento

O desembargador que ocupará a vaga a ser aberta pela aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será escolhido pelo critério de merecimento, já que o mais recente membro da Corte, Megbel Abdala, teve acesso por antiguidade. A alternância é determinada pelo parágrafo 1º do artigo 144, Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal. Raimundo Nonato de Souza completa 70 anos de idade hoje.

O artigo 144 do Regimento também estabelece que, a partir da existência da vaga, será dada notícia até o décimo dia de sua ocorrência, com a publicação de único edital, com prazo de cinco dias, no Diário da Justiça e na página do TJMA, para que os ju-

izes possam requerer o acesso. O prazo para declaração da abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa fundamentada do presidente do Tribunal.

O merecimento será apurado e aferido, conforme o desempenho do magistrado, nos quarenta e oito meses anteriores à promoção, por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada,

obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJMA.

**LISTA TRÍPLICE** - Concluída a votação, os votos serão apurados para que seja formada a lista tríplice. Somente participarão da lista os três juízes mais votados e que tenham obtido a metade mais um dos votos dos presentes. Se somente um juiz atingir a metade mais um dos votos, serão feitos novos escrutínios para a escolha do segundo e terceiro lugares da lista, obtidos pelo voto de metade mais um dos desembargadores.

Somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respec-

tiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago.

Formalizada a lista tríplice, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. Caso nenhum deles se enquadre nesta situação, o Tribunal escolherá o juiz a ter acesso ao TJMA, também em sessão pública e através de escrutínio nominal, aberto e fundamentado, iniciada a votação pelo presidente. Terá acesso ao cargo de desembargador aquele que obtiver a metade mais um dos votos dos presentes.

## GERAL

### SEMU INAUGURA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM GÊNERO

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), é pioneiro na implantação de uma biblioteca especializada em gênero e decidiu homenagear um ícone do enfrentamento à violência contra a mulher, batizando a Biblioteca de Maria da Penha Maia Fernandes. - PAG. 05

# Semu inaugura biblioteca especializada em gênero

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), é pioneiro na implantação de uma biblioteca especializada em gênero e decidiu homenagear um ícone do enfrentamento à violência contra a mulher, batizando a Biblioteca de Maria da Penha Maia Fernandes. O espaço será inaugurado na quarta-feira (29).

A biblioteca acompanhará os padrões bibliotecários, nos serviços de gestão e organização dos materiais bibliográficos com um acervo formado por livros, documentos, legislação, áudio, vídeo e outras publicações relacionadas à temática de gênero.

Como parte da programação, será ministrada uma palestra sobre violência de gênero, proferida pela juíza Sônia Amaral, titular do 7º Juízo Especial Cível e das Relações de Consumo, como também haverá o depoimento pessoal da homenageada, Maria da Penha Maia Fernandes, às 9h, no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa.

A secretária Catharina Bacelar, ressalta a importância da participação de todos durante o evento. "A participação é gratuita e faz parte das comemorações da inauguração da Biblioteca Maria da Penha, especializada em gênero. Sendo que a palestra contará com a presença da própria homenageada", anunciou a secretária Catharina Bacelar.

Na Semu, haverá, à tarde, a cerimônia de descerramento da placa de inauguração da Biblioteca Maria da Penha Maia Fernandes e lançamento do livro *Sobrevivi... posso contar*, de autoria da homenageada.

A Biblioteca será aberta ao público para consultas, pesquisas e empréstimos a usuários/as cadastrados/as. Para se cadastrar, cada usuário deverá doar pelo menos uma publicação de interesse da Biblioteca. Os doadores serão identificados no próprio material doado. E tem como objetivo promover o aprofundamento dos conhecimentos e apoiar estudos e pesquisas sobre a temática de gênero, com vistas ao enfrentamento às desigualdades de gênero e à violência a que estão submetidas às

mulheres, por meio da implantação de uma biblioteca especializada.

De acordo com a secretária Catharina Bacelar, a intenção é constituir um espaço permanente de consulta e pesquisa sobre gênero, aberto ao público. Também de organizar e disponibilizar acervo bibliográfico específico e divulgar os serviços prestados pela biblioteca, sob a coordenação de um profissional da área de Biblioteconomia.

É Lei - A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aumentou o rigor das punições nas agressões contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006, já no dia seguinte, o primeiro agressor foi preso, após tentar estrangular a ex-esposa.

A Lei alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrantes ou tenham sua prisão preventiva decretada. Os agressores não poderão mais ser

punidos com penas alternativas.

A legislação, também, aumenta o tempo de um para três anos. A Lei prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos. A nova Lei reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica, e retira dos juizados especiais criminais (que julgam crimes de menor potencial ofensivo) a competência para julgá-los.

A Homenageada - Maria da Penha Maia Fernandes é uma mulher brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la.

Na primeira vez com arma de fogo, deixando-a paraplégica e na segunda, tentou eletrocutá-la e afogá-la. Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão.

Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Solto em 2002, hoje está livre. Com 67 anos e paraplégica, Maria da Penha é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica.

## ■ C I D A D E O P E R Á R I A ■

# Júri popular condena homicida

Paulo Roberto Dias dos Santos, conhecido como Cocada, foi condenado a 17 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de Jocivaldo da Silva Mendes. Réu preso, ele teve negado o direito de recorrer em liberdade de eventual recurso da decisão do júri popular.

Segundo a denúncia, Paulo Roberto Dias, na noite do dia 10 de abril de 2011, no bairro Cidade Operária, saiu de casa armado com duas facas para agredir pessoas desconhecidas que discutiam com seu irmão Paulo Johns Dias do Santos. Ele feriu uma pessoa com uma faca e outra com uma pedrada. Em seguida, tentou lesionar Jocivaldo da Silva Mendes, que se defendeu com um capacete, sendo esfaqueado inúmeras vezes até a morte. O acusado foi preso em flagrante delito.

O julgamento, presidido pelo José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu nessa quinta-feira (23), no 4º Tribunal do

Júri de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa, Calhau. De acordo com a sentença, Paulo Roberto Dias já respondeu a processo por homicídio, sendo absolvido apenas por falta de prova da materialidade e não por falta de prova da autoria. Ele também confessou ser usuário de entorpecentes.

Sacavém - Na terça-feira (21), os jurados do 4º Tribunal do Júri condenaram Igor da Conceição Jansen, conhecido como Papel, a 15 anos, sete meses e 15 dias de reclusão pelo assassinato de Marcos Paulo Matos Dutra, o Sapo. O juiz negou ao acusado o direito de aguardar em liberdade eventual recurso e expediu o mandado de prisão.

O crime ocorreu no final da tarde do dia 19 de dezembro de 2010, no bairro Sacavém. Após se envolver em um pequeno acidente de trânsito, Igor da Conceição armou-se e foi à casa da vítima, executando-a pelas costas.

# CGJ amplia número de inscrições para o casamento comunitário

Já estão inscritos para a cerimônia coletiva 376 casais e outros 200 agendamentos já estão feitos para efetivação em junho na Corregedoria Geral de Justiça; a partir de amanhã, outros casais podem fazer agendamento para a inscrição

Divulgação



Casais mostraram as alianças após a cerimônia de casamento comunitário realizada em julho de 2012

**C**asais interessados em se inscrever no casamento comunitário que será realizado em São Luís podem agendar o atendimento para inscrição a partir de amanhã. Os números para o agendamento são (98) 3221-8551 e 3221-8685. A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, diante da alta demanda, aumentou o número de inscrições.

O agendamento por telefone está sendo feito para facilitar e dar agilidade no atendimento no dia da efetivação da inscrição. A efetivação da inscrição será feita durante o mês de junho na sede da CGJ-MA, na Praça Pedro II, no Centro.

A data da cerimônia do casamento comunitário ainda será divulgada pela CGJ-MA. Já se inscreveram para a cerimônia 376 casais – 100 inscrições foram feitas em 2012 e 276 real no Ação Global 2013, realizado no dia 11

## Serviço

**O que:** Inscrição para o casamento comunitário

**Período:** A partir de amanhã

**Como:** Agendamento pelos telefones 3221-8551 e 3221-8685.

**Efetivação da inscrição:** Sede da Corregedoria de Justiça, na Praça Pedro II, Centro

### Documentação

**Solteiros:** registro de nascimento (original) e comprovante de residência

**Divorciados:** cópia da carteira de identidade e certidão de casamento com averbação do divórcio (original)

**Viúvos:** certidões de casamento e de óbito (original), cópia da carteira de identidade e comprovante de residência

deste mês. Outros 200 agendamentos de inscrições já estão feitos para a efetivação no período de 3 a 7 de junho.

Para inscrição no casamento comunitário, no caso de nubentes solteiros, o casal deverá apresentar os seguintes documentos: registro de nascimento (original) e comprovante de resi-

dência. Para divorciados, é exigida uma cópia da carteira de identidade e certidão de casamento com averbação do divórcio (original), enquanto para os viúvos, é necessário apresentar as certidões de casamento e de óbito (original), cópia da carteira de identidade e comprovante de residência.



## Roda Viva

Benedito Buzar

## Afif Domingues e João Alberto

**N**o dia 9 de maio, o vice-governador de São Paulo, empresário Afif Domingues assumiu, no Palácio do Planalto, o cargo de ministro da Micro e Pequena Empresa.

Antes mesmo de sua posse, os meios de comunicação já discutiam se ele poderia como vice-governador de São Paulo investir-se no cargo de ministro, ato que caracteriza acumulação de cargo, portanto, afrontoso às leis vigentes no país.

O assunto, ao sair da esfera política para a área jurídica, ganhou mais repercussão com a Procuradoria da Assembleia Legislativa de São Paulo entendendo que o vice-governador Afif Domingues desrespeitou a Constituição brasileira e paulista ao acumular o mandato de vice-governador com o de ministro de Estado.

Caso semelhante ao protagonizado por Afif Domingues, *mutatis mutandis*, já aconteceu no Maranhão e numa época em que uma aparente pacificação política reinava no estado. Foi no momento histórico em que José Sarney exercia a Presidência da República e estava em curso o processo da sucessão do governador Luiz Rocha.

Para concorrer às eleições de outubro de 1986 ao governo do Estado, uma composição política bem montada teria de ser feita para tornar viável a aliança do PFL com o PMDB,

tendo em vista que este partido, no Maranhão, estava em franca oposição a Sarney.

Pouca gente acreditava nessa composição partidária, levando em conta que Sarney e Cafeteira haviam rompido as relações políticas e pessoais desde 1966, em que um era o governador do Estado e o outro prefeito de São Luís. Mas os tempos agora eram diferentes e ambos estavam no mesmo

### **A 13 de agosto de 1989, João Alberto, depois de quase um ano à frente da prefeitura de Bacabal, começa a viver sua *via crucis*. Ele decide renunciar ao cargo que ocupava**

barco, lutando pela volta da democracia no país.

Em nome dessa nova situação política, em 1985, o PMDB nacional condicionou o seu apoio à candidatura de Sarney a vice-presidente da República, se Cafeteira desse o sinal verde à formação da chapa com Tancredo Neves. Cafeteira não criou problemas, mas exigiu a contrapartida: o grupo Sarney deveria apoiar, sem discrepância, sua candidatura ao governo do Maranhão.

Como produto dessa articulação política, os desentendimentos e as malquerenças entre os dois ficaram para trás e selado o acordo para o lançamen-

to em 1986 das candidaturas do deputado Eptácio Cafeteira, do PMDB, a governador do Estado, e do deputado João Alberto, do PFL, a vice.

Em outubro de 1988, vieram as eleições de prefeitos municipais. Para evitar a derrota de seu grupo político em Bacabal, o vice-governador João Alberto, candidata-se e elege-se prefeito do município. Em 28 de novembro de 1988, depois de eleito e diploma-

do, o vice encaminha expediente à Assembleia Legislativa, pedindo licença por tempo indeterminado, para empossar-se no cargo de prefeito, no que foi, por maioria de votos, prontamente atendido.

A 13 de agosto de 1989, João Alberto, depois de quase um ano à frente da prefeitura de Bacabal, começa a viver sua *via crucis*. Ele decide renunciar ao cargo que ocupava para reinvestir-se na função de vice-governador por dois motivos. Primeiro, porque tramitava no Tribunal de Justiça uma Ação Declaratória de Vacância de Cargo, impetrada pelo deputado Bete Lago, seu terrível

adversário. Segundo, pela suspeita de que um movimento estava em marcha na Assembleia Legislativa, com o fito de embarçar sua investidura no governo do Estado, no momento em que o governador Eptácio Cafeteira renunciase ao cargo, em abril de 1990, para concorrer ao pleito senatorial.

Quando tudo parecia correr frouxo para a transmissão do cargo de Cafeteira para João Alberto, eis que o desem-

bargador João Manuel Assunção, concede, a 28 de março de 1990, medida liminar ao mandado de segurança, impenetrada pelo presidente do Poder Legislativo, Ivar Saldanha, contra a investidura de João Alberto.

O surpreendente golpe jurídico desfechado por Ivar Saldanha deixa os sarneistas em polvorosa, mas não os impede de reagir para impedir que um ato jurídico se transformasse em tormento político, com reflexos nas eleições de governador, marcadas para outubro de 1990.

No mesmo dia, João Alberto faz chegar ao Supremo Tribunal Federal

um recurso requerendo a cassação da medida liminar do desembargador João Manuel Assunção. O presidente do STF, ministro José Neri da Silveira, não vacila e atende ao que requer João Alberto e este assume o governo.

Setenta dias da posse de João Alberto na chefia do Poder Executivo, outra e inesperada manobra, também arquitetada na Assembleia Legislativa, vem a lume. A 15 de junho de 1990, deputados estaduais, os mesmos que aprovaram o seu pedido de licença para assumir a prefeitura de Bacabal, votam e aprovam um decreto-legislativo que determina a vacância do cargo de vice-governador do Estado.

Qual foi a atitude de João Alberto? Destemido como o é, não toma conhecimento do ato da Assembleia e nem se afasta do Palácio do Planalto, o qual passa a ser protegido por forte esquema policial. Mais ainda: ingressa no Tribunal de Justiça com mandado de segurança e pede medida liminar contra o decreto-lei que procurava bani-lo do poder.

No dia 18 de junho, o desembargador Emésio Araújo, presidente do Poder Judiciário do Maranhão, concede a João Alberto a liminar requerida, pondo fim a mais uma crise política, que, se não estrangulada pela Justiça, poderia evoluir para um quadro de anomalia constitucional.

# Biblioteca especializada em gênero será inaugurada

Espaço funcionará na sede da Secretaria de Estado da Mulher e homenageará Maria da Penha Maia, símbolo do enfrentamento à violência contra a mulher

Uma biblioteca especializada em gênero será inaugurada pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu) nesta quarta-feira. O espaço, localizado na sede da Semu, no Calhau, foi batizado de Biblioteca Maria da Penha Maia Fernandes, em homenagem a um dos maiores símbolos do enfrentamento à violência contra a mulher. Como parte da programação, será ministrada uma palestra sobre violência de gênero, proferida pela juíza Sônia Amaral, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, além do depoimento pessoal da homenageada, Maria da Penha Maia Fernandes, às 9h, no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa.

A biblioteca acompanhará os padrões bibliotecários, nos serviços de gestão e organização dos materiais bibliográficos, com um acervo formado por livros, documentos, legislação, áudio, vídeo e outras publicações relacionadas à temática de gênero. Na Semu, haverá, à tarde, a cerimônia de descerramento da placa de inauguração da Biblioteca Maria da Penha Maia Fernandes e lançamento do livro *Sobrevivi... posso contar*, de autoria da homenageada.

A biblioteca será aberta ao público para consultas, pesquisas e empréstimos a usuários cadastrados. Para se cadastrar, cada pessoa deverá doar pelo menos uma publicação de interesse da biblioteca. Os doadores serão identificados no próprio material doado. O objetivo dessa iniciativa é promover o aprofun-



Secretária Catharina Bacelar com Maria da Penha Maia Fernandes

damento dos conhecimentos e apoiar estudos e pesquisas sobre a temática de gênero, com vistas ao enfrentamento às desigualdades de gênero e à violência a que estão submetidas as mulheres, por meio da implantação de uma biblioteca especializada.

De acordo com a secretária Catharina Bacelar, a intenção é constituir um espaço permanente de consulta e pesquisa sobre gênero, aberto ao públi-

co, além de organizar e disponibilizar acervo bibliográfico específico e divulgar os serviços prestados pela biblioteca, sob a coordenação de um profissional da área de Biblioteconomia.

**Lei** - A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aumentou o rigor das punições nas agressões contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. Entrando em vigor no dia 22 de setembro de

2006, já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, após tentar estrangular a ex-esposa.

A lei alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Os agressores não poderão mais ser punidos com penas alternativas.

A legislação também aumentou o tempo de reclusão de um para três anos. Ela prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida e dos filhos. A nova lei reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica e retira dos juizados especiais criminais (que julgam crimes de menor potencial ofensivo) a competência para julgá-los.

## Mais

**Maria da Penha Maia Fernandes** é uma brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la. Na primeira vez com arma de fogo, deixando-a paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la e afogá-la. Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão. Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Solto em 2002, hoje está livre. Com 67 anos e paraplégica, Maria da Penha é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres.

## Caso Décio Sá (1)

*Já na próxima semana, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, informará ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a situação do processo sobre a execução do jornalista Décio Sá. O caso encontra-se na fase de instrução no Tribunal do Júri de São Luís, sob deliberação do juiz Márcio Brandão, que vem realizando as audiências.*

## Caso Décio Sá (2)

*Guerreiro pediu ao CNJ a inclusão do caso no programa "Justiça Plena", que consiste no acompanhamento de todo o trâmite do processo, a exemplo de outros mais de 230 supervisionados pela Corregedoria do órgão. O objetivo do CNJ é impedir que tais processos, de grande repercussão, caiam no modorrento trâmite judiciário. Ou quem sabe, até no esquecimento. Os autos entram no site do órgão, permitindo acompanhamento mediante senha.*

# Ícone do enfrentamento à violência é homenageada

Secretaria Estadual da  
Mulher implanta Biblioteca  
Maria da Penha, um espaço  
destinado a consultas  
e pesquisas que será  
inaugurado na próxima  
quarta-feira com a presença  
da homenageada.

URBANO 2

CULTURA

# Uma nova biblioteca

A Secretária de Estado da Mulher inaugura espaço de leitura focado em gênero e decide homenagear Maria da Penha Fernandes

O governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher (Semu), é pioneiro na implantação de uma biblioteca especializada em gênero e decidiu homenagear um ícone do enfrentamento à violência contra a mulher, batizando a Biblioteca de Maria da Penha Maia Fernandes. O espaço será inaugurado na próxima quarta-feira (29).

A biblioteca acompanhará os padrões bibliotecários, nos serviços de gestão e organização dos materiais bibliográficos com um acervo formado por livros, documentos, legislação, áudio, vídeo e outras publicações relacionadas à temática de gênero.

Como parte da programação, será ministrada uma palestra sobre violência de gênero, proferida pela juíza Sônia Amaral, titular do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, como também haverá o depoimento pessoal da homenageada, Maria da Penha Maia Fernandes, às 9h, no Auditório Fernando Falcão, na Assembleia Legislativa.

A secretária Catharina Bacelar ressalta a importância da participação de todos durante o evento. "A participação é gratuita e faz parte das comemorações da inauguração da Biblioteca Maria da Penha, especializada em gênero. Sendo que a palestra contará com a presença da própria homenageada", anunciou a secretária Catharina Bacelar.



Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, acompanhada de Maria da Penha Maia Fernandes



**A participação é gratuita e faz parte das comemorações da inauguração da Biblioteca Maria da Penha, especializada em gênero. Sendo que a palestra contará com a presença da própria homenageada**

## Catharina Bacelar, secretária

Na Semu, haverá, à tarde, a cerimônia de descerramento da placa de inauguração da Biblioteca Maria da Penha Maia Fernandes e lançamento do livro *Sobrevivi... posso contar*, de autoria da homenageada.

A Biblioteca será aberta ao público para consultas, pesqui-

sas e empréstimos a usuários/as cadastrados/as. Para se cadastrar, cada usuário deverá doar pelo menos uma publicação de interesse da Biblioteca. Os doadores serão identificados no próprio material doado. E tem como objetivo promover o aprofun-

damento dos conhecimentos e apoiar estudos e pesquisas sobre a temática de gênero, com vistas ao enfrentamento às desigualdades de gênero e à violência a que estão submetidas às mulheres, por meio da implantação de uma biblioteca especializada.

De acordo com a secretária Catharina Bacelar, a intenção é constituir um espaço permanente de consulta e pesquisa sobre gênero, aberto ao público. Também de organizar e disponibilizar acervo bibliográfico específico e divulgar os serviços prestados pela biblioteca, sob a coordenação de um profissional da área de Biblioteconomia.

## A homenageada

Maria da Penha Maia Fernandes é uma mulher brasileira que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Em 1983, por duas vezes, ele tentou assassiná-la.

Na primeira vez com arma de fogo, deixando-a paraplégica e na segunda, tentou eletrocutá-la e afogá-la. Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão.

Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Solto em 2002, hoje está livre. Com 67 anos e paraplégica, Maria da Penha é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica.

## PRESIDENTE DUTRA

# Conferência reúne 200 pessoas

"A gestão adequada dos resíduos sólidos converge para o chamamento do governo e da sociedade para um amplo e permanente debate em busca de soluções para o enfrentamento desse grande desafio", disse a superintendente de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Eliane Alhadeff, ao abrir a Conferência Regional do Meio Ambiente, em Presidente Dutra. O evento foi realizado na última sexta-feira, na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), Rua Adelino Barros, nº 500, Centro.

Alhadeff, que representou o secretário estadual de Meio Ambiente, Victor Mendes, disse, ainda, que desde o ano passado a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) discute de forma participativa o Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. "Todos estes instrumentos reúnem um conjunto de diretrizes e ações a serem adotadas por todos nós em busca da gestão integrada, compartilhada e adequada dos resíduos sólidos. A implementação dessas diretrizes asseguram, principalmente, a qualidade de vida a todos os maranhenses", destacou.

Na ocasião, Alhadeff chamou a atenção dos participantes para



**Todos estes instrumentos reúnem um conjunto de diretrizes e ações a serem adotadas por todos nós em busca da gestão integrada, compartilhada e adequada dos resíduos sólidos. A implementação dessas diretrizes asseguram, principalmente, a qualidade de vida a todos os maranhenses**

***Eliane Alhadeff, superintendente de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente***

a grande preocupação do estado com a preservação dos recursos naturais e com a boa qualidade ambiental. "Por isso as discussões nas conferências são necessárias e fundamentais pela urgência em gerenciarmos de forma adequada os resíduos sólidos", disse.

O prefeito de Presidente Dutra, Juran Carvalho, foi representado pelo secretário de Assuntos Extraordinários do Município, Jurandir Carvalho. Na ocasião, Carvalho destacou a importância da realização do evento no município e disse que espera que essa regional renda boas propostas e que elas sejam aproveitadas nas etapas estadual e nacional da Conferência do Meio Ambiente.

Também participaram da abertura da Conferência Regio-

nal o secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Presidente Dutra, Robson Carvalho e a diretora Social da Associação Comercial de São João dos Patos, Adorina Sousa. A representante do segmento empresarial disse que espera que os empresários se sensibilizem com a necessidade de implementarem uma gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

### Etapa preparatória

Para esta quarta etapa preparatória da Conferência Estadual do Meio Ambiente foram mobilizados representantes de organizações não governamentais, movimentos sociais, entidades, empresas e instituições de ensino e pesquisa e membros

dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de 29 municípios. São eles: Barão de Grajaú, Capinzal do Norte, Colinas, Dom Pedro, Fortuna, Gonçalves Dias, Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Graça Aranha, Jatobá, Joselândia, Lagoa do Mato, Mirador, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, Presidente Dutra, Santo Antônio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, São José dos Basfios, Santa Filomena do Maranhão, Senador Alexandre Costa, Sucupira do Norte, Sucupira do Riachão e Tuntum.

### Sobre o evento

Durante todo o dia eles debateram o tema "Gestão de Resíduos Sólidos no Maranhão" nos subeixos: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Educação Ambiental e Geração de Emprego e Renda. Em Presidente Dutra, o Grupo de trabalho que mais atraiu interessados foi o que trata de educação ambiental.

O evento em Presidente Dutra, assim como em todas as conferências regionais, será encerrado com a divulgação dos resultados da eleição de delegados durante a Plenária Final da Conferência.

## Admirável mundo novo



O comercial da Lupo, protagonizado pelo craque Neymar, está dando pano para manga nas redes sociais. Os internautas sugeriram que o comercial, que está sendo veiculado na televisão, seria homofóbico. Por meio de uma nota oficial, a fabricante de roupas íntimas negou as acusações.

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, afirmou nesta quarta-feira (22) que ficou assustada com a decisão judicial que suspendeu editais de incentivo a projetos voltados para a cultura negra por considerá-los racistas. Ela disse ainda estar confiante de que será possível reverter a medida judicial.

Fontes: Yahoo! Esporte Interativo (23/05/2013) e UOL, em Brasília (22/05/2013)

A vida determinada pelo politicamente correto é uma chatice só. Uma careta fora do lugar, um arrotto, uma piada, um bocejo que seja e logo lhe enquadram com sugestivos epítetos – a efusivos gritos – de intolerante, preconceituoso(a) e, se ousar dizer-se religioso(a), fundamentalista da ala xiita. No Brasil, algumas categorias – sei lá como dizê-las – tornaram-se vacas sagradas das ONGs, do governo petista e de certa intelectualidade que se acha ainda mais intelectual se defender as tais categorias, seus princípios e valores.

A Ministra da Cultura Marta Suplicy aporrinhou-se com um juiz maranhense ao qual chamou de racista. Justo ela que, para estupefação dos cidadãos brasileiros, mandou o povo “relaxar e gozar” quando era ministra de outra pasta e notabilizou-se por incompetência explícita... em público. Na época, os aeroportos - como agora - andavam entupidos de passageiros sofrendo atrasos, overbooking e maus-tratos de todo jeito pelas aéreas. Olha, me faltam dados se ela estava disposta a contribuir com a receita que deu.

Mas porque chamou o juiz de racista? Ora, porque ele, que deve entender do riscado, quero dizer, das leis, suspendeu projeto da ilustre ministra que era dedicado exclusivamente aos negros e, portanto, feria uma tal de Constituição que, por sua vez, é a lei máxima da nação e prevê igualdade para todos, ainda que isso seja uma coisa meio utópica. Que se dane, pensa a Ministra. Atropelar dona Constituição é apenas um detalhe. O juiz, segundo ela, é racista porque tentou evitar exatamente um racismo às avessas.

Outro dia, Alexandre Pires - cantor que é negro - apresentou o clipe Kong em que cantava uma música de um mau gosto irretocável (refiro-me à pobreza da letra e linha melódica). O governo petista e grupos negros alegaram que ele - repito, que é negro - reforçava estereótipos contra a população negra e de quebra, contra as mulheres. Esqueci-me de dizer que o clipe apresentava um monte de dançarinas de biquíni ao redor de uma piscina. Dançarinas seminuas para enfeitar um clipe? Isso é um acinte à moral e aos bons costumes! Ideia degenerada de que todos beberam na fonte chamada Chacrinha, do Faustão ao Gugu.

Neymar, o jogador mascarado, é o mais novo protagonista de uma superprodução da patrulha politicamente correta. Ele que só aumenta sua conta bancária, mais com comerciais que com gols, fazia o que sabe melhor: faturar uns cobres vendendo desta feita cuecas e meias. Podem ver no Youtube, mas resumo para os leitores(as). Duas mulheres chegam ao balcão da loja e pedem a cueca que o Neymar usa. O próprio sai por detrás de um biombo, só de cueca, e faz tosco rebolado, enfatizando libidinosamente os movimentos pélvicos, para deleite das compradoras. Em seguida, outras duas pedem meias. Novamente, o topetudo jogador salta apenas com a roupa de baixo e de meias. Por fim, chega um sujeito marombado e pede o produto. Era para ser engraçado. Ao fundo, destaca-se o quase ator Neymar saindo de fininho, pé ante pé, negando-se a rebolar para o tal brucutu.

Ora, senhoras e senhores amantes da decência! Grupos gays se sentiram feridos em suas sensibilidades. Homofobia! Gritaram de olhos esbugalhados. A propaganda, disseram indignados, reforça o preconceito contra o amor que não ousa dizer o nome, como o disse Wilde. Eles viram, sabe-se lá como, que havia uma bazófia contra os gays. Não sei quanto o Neymar cobraria para não só dançar para o cabra, mas mesmo lhe tascar, ousou eu, um beijaço na boca para agradar este público que afinal, usa cuecas também. Usa? A pobre Lupo correu para desculpar-se e pedir o obsequioso perdão da galera gay. Devem estar com medo de ver seus produtos alvo de uma fogueira em praça pública.

Em algum canto, numa galáxia não muito distante, se ouvirá entre duas vizinhas fofoqueiras. Nem te conto. Conta logo. Sabe a fulaninha, filha daquela nossa amiga? Eu sempre achei que ela era meio estranha. Pois agora saiu do armário. É heterossexual do gênero feminino-a-s-s-u-m-i-d-a! Que decepção para a família! Não é?

# Curso de Serviço Social da Ufma faz 60 anos, reconhecido como um dos 5 melhores do país

DIVULGAÇÃO

**A** presidente do Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região/MA, professora doutora Lília Penha Viana Silva, que também é professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), revela que o curso chega aos 60 anos reconhecido como um dos 5 melhores do Brasil, conforme o Guia do Estudante da Editora Abril.

"Saímos de um curso criado pela Igreja Católica, que nessas seis décadas se questionou e se reconceituou. Aquele curso se transformou no atual curso de Serviço Social da Ufma, reconhecido nacionalmente como um dos 5 melhores do Brasil, conforme o Guia do Estudante da Editora Abril, com professores majoritariamente doutores e vasta produção científica, de relevância nacional e internacional. Essa base de formação assegurou a ampliação da oferta do Curso de Serviço Social em outras três instituições presenciais no Estado", conta.

Graduada em Serviço Social pela Ufma (1981), a presidente do CRSS é também mestra em Políticas Públicas pela mesma universidade (2004), doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Ufma (2012) e autora do livro "Pobreza, Resistência e Enfrentamento no Estado do Maranhão".

A seguir a entrevista.



Professora doutora Lília Penha, presidente do Conselho Regional de Serviço Social

**Jornal Pequeno – Como tem sido a atuação do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 2ª Região/MA)?**

**Professora Lília Penha** – Somos instância de organização da categoria de assistentes sociais responsável pela fiscalização do exercício profissional no Maranhão. Atuamos na defesa da qualidade do exercício profissional e dos serviços prestados aos usuários. Nessa defesa, nos comprometemos com as lutas da categoria e com as lutas gerais da classe trabalhadora. O Conselho atua através da sua diretoria, dos funcionários (agentes fiscais e administrativo-financeiro), assessoria jurídica e de comunicação, além dos profissionais de base que o representam em diversos Conselhos de Direitos e de Gestão de Políticas Públicas. As Comissões de Trabalho por área temática (como Seguridade Social, Educação, Sociojurídico, Ética e Direitos Humanos) são espaços de participação e debate dos profissionais a partir do seu campo de trabalho e também potencializam a organização da categoria.

**JP – O que representa essa data de 60 anos para a categoria?**

**Professora Lília Penha** – Um momento de rever de onde partimos e onde chegamos. Saímos de um curso criado pela Igreja Católica, que nessas seis décadas se questionou e se reconceituou. Aquele curso se transformou no atual curso de Serviço Social da Ufma, reconhecido nacionalmente como um dos cinco melhores do Brasil, conforme o Guia do Estudante da Editora Abril, com professores majoritariamente doutores e vasta produção científica, de relevância nacional e internacional. Essa base de formação assegurou a ampliação da oferta do Curso de Serviço Social em outras três instituições presenciais no estado. Este legado é fruto do trabalho de várias gerações de assistentes sociais que têm contribuído para a construção do Serviço Social brasileiro dentro de uma perspectiva crítica nesses 60 anos.

**JP – Por favor, conte como nasceu o primeiro curso de Serviço Social do Maranhão?**

**Professora Lília Penha** – O Ser-

viço Social surge como profissão no Brasil na década de 1930, como necessidade de profissionalização das respostas do Estado à questão social, no momento em que a presença do proletariado como sujeito social se inscrevia no processo de lutas por melhores condições de vida. As primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas por iniciativa da Igreja Católica e com o apoio do Estado, tendo a finalidade de formar moças católicas para o que se entendia como um novo apostolado – o exercício da profissão de Serviço Social. A Escola Maranhense de Serviço Social foi criada em 1953 pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade da Arquidiocese de São Luís e instalada no Palácio Cristo Rei, na Praça Gonçalves Dias. Em dezembro de 1959, ela passou a se chamar Faculdade de Serviço Social e em 22 de junho de 1961, a Faculdade foi incorporada à Universidade do Maranhão (atualmente Ufma).

**JP – Qual tem sido a importância do trabalho do profissional ao longo desses anos?**

**Professora Lília Penha** – Assegurar a viabilização das demandas recebidas sob a ótica do direito do cidadão e do dever do Estado. Essa conceitualização é um avanço pra profissão. Antes a concepção era da "ajuda aos necessitados". Hoje atuamos no sentido de que os direitos sociais sejam concretizados, mesmo nas contradições impostas pelo capitalismo. Um exemplo é a política de Assistência Social, que foi a última a ser regulamentada dentre as políticas de seguridade social (da qual fazem parte a saúde e previdência). Ultrapassar a concepção da "ajuda" ainda constitui tarefa de quem atua nesse campo.

**JP – Como anda a questão do mercado de trabalho para a categoria?**

**Professora Lília Penha** – O setor público é o principal empregador, sendo as áreas da saúde e assistência as que mais concentram profissionais. A partir da descentralização das políticas públicas, com a CF 1988, houve uma expansão do campo de trabalho, por conta da municipali-

zação das políticas públicas. Atualmente, duas áreas têm se destacado: a sociojurídico (tribunais, promotorias, conselhos, por exemplo) e a educação, sobre a qual tramita no Congresso o PL 3688/2000, que trata da inclusão de assistentes sociais e psicólogos na equipe das escolas públicas. Infelizmente, na última reunião da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, dia 22 de maio, os deputados da base governista abandonaram a sessão, evitando a votação do PL. No setor público, o que precisa ser mudado é o processo de contratação. Lutamos por concurso público para reverter os índices de vínculos precarizados e melhorar os salários e a infraestrutura de trabalho.

**JP – Ainda há preconceito e falta de reconhecimento ao papel do profissional?**

**Professora Lília Penha** – Não. Somos uma profissão antiga, pois já temos um processo de legitimação e atuamos em todas as políticas públicas. Fazemos parte de equipes de referências em diversas áreas e isso tem se ampliado. Existe uma demanda dos nossos serviços e essa demanda nos legitima.

**JP – Qual tem sido a relação da categoria de Assistentes Sociais com a classe trabalhadora, suas lutas e seus direitos?**

**Professora Lília Penha** – Essa luta nos é bastante intrínseca. Primeiro porque somos uma categoria de trabalhadores. Também porque os assistentes sociais são envolvidos em movimentos sindicais e em movimentos que lutam pela afirmação, defesa e ampliação de direitos.

**JP – Como foi a campanha em homenagem ao dia do Assistente Social, dia 15 de maio, que trata do combate à exploração aos trabalhadores?**

**Professora Lília Penha** – As campanhas do conjunto CFESS/CRESS são trabalhadas durante todo o mês de maio. O tema deste ano foi pautado pela categoria para denunciar o quadro de exploração, de precarização de vínculos trabalhistas e das condições de trabalho, dos baixos salários e da sobrecarga de ter que trabalhar em vários municípios para compor um salário que contemple as necessidades dos profissionais. Fizemos veiculação de outdoors pela cidade, mas a luta é permanente e também contempla a luta de outras categorias.

**JP – O que vem a ser a campanha pela formação presencial de Assistentes Sociais, em contraponto à investida do MEC de não valorizar as Universidades Públicas e, antes, facilitar a proliferação de cursos de ensino à distância?**

**Professora Lília Penha** – Essa campanha expressa a concepção do conjunto CFESS/CRESS de que a formação em Serviço Social é incompatível com a modalidade de ensino à distância, por não ser meramente instrumental. Ela é complexa e está assentada no estudo dos processos de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista, das particularidades da sociedade brasileira e da profissão como parte da divisão socio-técnica do trabalho. É preciso deixar claro que a campanha não é contra os estudantes e profissionais que trabalham no ensino à distância, mas contra essa modalidade de ensino e contra essa política de ensino superior adotada pelo governo federal. Defendemos a universidade pública, gratuita, de qualidade, presencial e universal: é a educação prevista em nossa Constituição como direito de todos! Há divergências gritantes entre ensino presencial e ensino à distância. No primeiro, por exemplo, temos uma carga horária que vai de 3.000 a 3.400 horas. O estágio deve ter no mínimo 450 horas documentadas e na supervisão acadêmica presencial, o supervisor lida com até 15 alunos. Já no ensino à distância as horas presenciais são limitadas a poucos momentos, o material de

didático concentra-se em apostilas, com conteúdos superficiais e fragmentados. As bibliotecas, quando há, não atendem ao requisito de 1 livro pra cada 10 alunos e, a fiscalização do CRESS tem constatado que a supervisão de estágio nessa modalidade é de 58 alunos por profissional. Então, a população que quer acessar o ensino superior compra um produto sem qualidade. Defendemos a ampliação das vagas nas universidades presenciais e a descentralização dos campi nos municípios, tendo em vista que o Serviço Social não é apenas uma profissão interventiva. Ela se coloca também na área da produção de conhecimento como base de sua intervenção, o que exige articular no processo de formação, ensino, pesquisa e extensão.

**JP – Como anda a abertura de concursos públicos, outra bandeira de luta da categoria cujo mercado de trabalho, sobretudo nos serviços da política pública de assistência social, está vinculado às ações do Estado?**

**Professora Lília Penha** – As vagas estão surgindo. No edital recente do concurso para o Ministério Público Estadual havia apenas vagas para cadastro reserva. Intercedemos pela categoria e conseguimos três vagas. Contudo, as quantidades ainda não respondem à necessidade do setor público. Os serviços prestados e os contratos temporários predominam como forma de contratação de assistentes sociais, no setor público, em todo o país, sobretudo nos municípios. Mudar esse quadro é fundamental para qualificar os serviços prestados pela categoria profissional, por isso a pertinência da nossa campanha não só na área da Assistência Social, que se torna mais visível pela quantidade de profissionais envolvidos, mas em todas as áreas. Em âmbito nacional o CFESS tem realizado insistentes reuniões com o INSS para a convocação dos concursados. Há o indicativo de convocação de mais 250 assistentes sociais pelo Instituto.

**JP – Quais a outras áreas de atuação da categoria?**

**Professora Lília Penha** – Além do setor público, especialmente nas políticas públicas de saúde, assistência, previdência, educação ou trabalho, há espaço em movimentos sociais, ONGs, consultorias, docência e no setor privado.

**JP – Como tem sido a comemoração dos 20 anos do Código de Ética da profissão?**

**Professora Lília Penha** – O Código de Ética coloca as bases do nosso compromisso profissional com a sociedade que temos e a que acreditamos estar construindo, livre de toda forma de exploração, discriminação e opressão. O CFESS/CRESS fez uma comemoração documental, com produção e disseminação de manifesto e postagens especiais para redes sociais (Facebook e Twitter). Mas as comemorações se dão é no dia a dia dos Conselhos Regionais, nas salas de aula das universidades, nos Cursos Ética em Movimento, que o conjunto CFESS/CRESS realiza e em todo momento em que cada profissional reafirma em seu trabalho os princípios que regem nossa

profissão.

**JP – Qual a avaliação do Encontro Estadual que celebrou 60 anos do Serviço Social no Maranhão?**

**Professora Lília Penha** – Realizado há 34 anos sem interrupção, o Encontro é sempre bem avaliado pelos participantes. Faz parte da agenda dos profissionais como oportunidade de capacitação e de reencontros. O deste ano, por sua particularidade, demarca um tempo histórico importante para a profissão e por isso foi permeado de muita emoção, notadamente na solenidade de homenagens.

**JP – Quais os principais temas debatidos durante o encontro?**

**Professora Lília Penha** – Abrimos o Encontro com a discussão sobre a nossa história e sobre as tendências atuais. Esta mesa foi muito rica porque contou com a participação de assistentes sociais, cuja atuação em áreas como saúde, educação, assistência social, questões agrárias e direitos humanos, mostraram a amplitude do nosso exercício profissional, além dos desafios que estão postos em cada caso. Discutimos nosso tema central, a questão do trabalho, focando nas particularidades do Maranhão e no Serviço Social. Essa discussão contou com as exposições da professora doutora Ana Elisabete Mota, da Universidade Federal de Pernambuco e do professor doutor José de Ribamar Sá Silva, da Ufma, além da minha participação. Sempre abrimos espaço para profissionais, pesquisadores e mesmo estudantes compartilharem suas reflexões sobre nossa profissão. O tema da educação à distância trazido por uma profissional, na mesa de Comunicações Oraais, suscitou grande debate, mostrando a importância da sistematização e análise da própria categoria. A questão sindical da nossa categoria também veio para o debate e revalidamos nosso compromisso com as lutas sociais no estado, com a participação dos movimentos sociais locais.

**JP – Algo mais a acrescentar?**

**Professora Lília Penha** – Diversas ações do Conselho decorrem dos resultados da ação das agentes fiscais ou de demandas dos profissionais, cuja resolução tramita externamente. Dentre elas, destacamos em 2013, a audiência com a ex-secretária municipal da Criança e Assistência Social de São Luís, Débora Baesse, em que foi apresentando relatório solicitando providências quanto às péssimas condições de trabalho nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas). Na audiência com a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), solicitamos providências quanto às condições de trabalho dos assistentes sociais no Sistema Prisional em São Luís. E, em audiência com o desembargador Antônio Guerreiro Jr., presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, retomamos a pauta de pagamento de honorários a assistentes sociais que atuam como peritos não oficiais e sobre concurso público, tanto para convocação de quem já foi aprovado quanto à abertura de vagas porque a demanda pela categoria tem sido ostensiva.

### ■ Recadastró biométrico (I)

A Igreja Católica é mais uma das parceiras do Tribunal Regional Eleitoral no processo de recadastramento biométrico dos eleitores de São Luís. Na tarde desta quinta-feira, 23 de maio, o arcebispo de São Luís, Dom Belisário, esteve no órgão para conhecer os detalhes da implantação.

"Estamos buscando todos os segmentos da sociedade para engajá-los na biometria. Queremos alcançar nossa meta o quanto antes. Somamos mais de 670 mil eleitores. É muita gente e até agora só pouco mais de 100 mil compareceram. Não podemos deixar para a última hora nem formar aquelas imensas filas", alertou o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, presidente do TRE-MA.

Dom Belisário ficou entusiasmado com o convite e aproveitou para fazer o seu recadastramento. "O sistema eleitoral brasileiro é o melhor do mundo. Somos referência e devemos sim contribuir para que a segurança das eleições seja reforçada. Fiz o meu recadastrado e pude constatar o quanto é rápido e eficaz", disse.

### ■ Recadastró biométrico (II)

No próximo dia 11 de junho, às 10h, na reunião mensal com os padres da arquidiocese da capital, dados da biometria serão apresentados aos presentes por servidores da Justiça Eleitoral maranhense.

A ideia do Tribunal é munir os sacerdotes de informações que devem ser repassadas aos fiéis durante as missas.

Outras instituições estão sendo procuradas pelo TRE para ajudarem no processo de biometrização. Já estão ajudando o governo do estado, Prefeitura de São Luís, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Universidade Federal do Maranhão, Alumar, Vale, Caema, Polícia Militar e a imprensa.